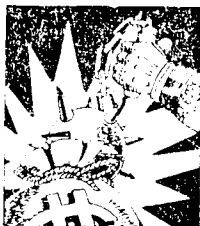


Para Simonsen, contas não fecham

EDUARDO ULUP



O ex-ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, está com poucas certezas e muitas dúvidas sobre o pacote econômico do governo, além de "uma grande preocupação": se os recursos anunciados até agora como resultado do pacote vão ser suficientes para a retomada não inflacionária dos investimentos públicos. "As minhas contas até agora não fecham", afirma Simonsen.

Destacando que vê diversos aspectos positivos no pacote, Simonsen destaca a informação do governo de que o déficit operacional corrente será de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Para ele, isso significa que toda a receita governamental não é suficiente para cobrir as despesas de custeio, subsídios e transferência. Gera dúvidas sobre a situação do déficit global, na medida em que há certos investimentos públicos sem retorno, não incluídos nesse saldo negativo, a serem financiados por diversas fontes.

Segundo Simonsen, "contabilizar os investimentos públicos que têm retorno como ativos e não como despesas é correto. A minha preocupação é com os investimentos necessários e que não têm retorno, como certas obras públicas, construção de estradas e de escolas, etc. Isso faz pensar que a situação das contas públicas é muito mais grave do que se imaginava na época do lançamento do plano cruzado".

Simonsen acrescenta que os dados do Plano de Metas também evidenciam a dificuldade em fechar as contas: ele calcula que os US\$ 100 bilhões do Plano, anunciados pelo presidente José Sarney, significariam, em quatro anos, aplicações de US\$ 25 bilhões anuais, ou algo em torno de 10% do PIB, "o que faz sentido em termos da participação histórica do Estado no total da economia brasileira". Mas os dados até agora revelados do Plano de Metas registram uma participação governamental de apenas 4,1% do PIB. "Não sei se isso inclui todos os investimentos públicos", ressalta o ex-ministro. "Se inclui, de onde virá o restante? Isso me parece surpreendentemente pouco."

Para ele, a afirmação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que os recursos faltantes serão supridos

pela poupança voluntária, não esclarece a questão. "Não se financiam investimentos públicos com poupança voluntária", explica. E dá o exemplo: "É impossível financiar o setor de energia elétrica com Certificados de Depósitos Bancários de dois meses de prazo". Segundo Simonsen, o governo poderia ainda captar recursos no Exterior, mas em pequena proporção, insuficiente para as finalidades propostas.

Em síntese, "se podemos esperar uma participação dos investimentos públicos em torno de 10% do PIB e o Plano de Metas registra apenas 4%, precisamos saber como serão financiados os outros 6%", diz o ex-ministro. Com base nesses cálculos, ele considera duvidosa a capacidade governamental de retomar os investimentos públicos de forma não inflacionária e também de garantir a normalização do abastecimento, por meio de investimentos no setor agrícola.

Consumo

Simonsen vê pontos positivos no pacote, a exemplo dos empréstimos compulsórios e taxaões. "O governo precisava retirar o excesso de demanda sobre bens e serviços como a gasolina e as passagens aéreas. E também precisa dos recursos para financiar seus programas de investimentos. Isso é razoável." Mas acrescenta "dúvidas e críticas": primeiro, "Ainda não há nenhum indício claro de que alguma coisa será feita para reduzir as despesas de custeio. Só vi propostas para aumentá-lo, como a do 13º salário para o funcionalismo". Segundo, a forma como foi apresentado o empréstimo compulsório. "Não é um empréstimo normal. Ele será restituído em cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento — o que em si está correto, mas não pode ser apresentado como devolução de um empréstimo, ou como uma caderneta de poupança. São coisas diferentes."

Setor Financeiro

Quanto às medidas visando a normalização da dívida pública interna, Simonsen concorda, mas com uma ressalva: "Realmente, a Letra do Banco Central, isenta do Imposto de Renda, fica mais barata. Mas o governo obterá o mesmo efeito sem fazer isso, porque sua arrecadação seria maior". Ele reconhece, entretanto, que a medida pode tornar a LBC mais atrativa aos investidores.

(Rio - Agência Estado)